

Acordo provisório só traz

País suspendeu a moratória, vai ao FMI e em

Externa

ECONOMIA

vantagem para credor

nada reduziu o estrangulamento cambial

ADEMAR SHIRAIISHI
Da Editoria de Economia

Só os bancos credores obtiveram vantagens com o acordo provisório, nos termos divulgados na última sexta-feira, conforme análise até de técnicos do Banco Central. O Brasil suspendeu a moratória de fevereiro último, vai ao Fundo Monetário Internacional (FMI) e em nada reduziu o estrangulamento cambial.

Bem diferente da nota oficial divulgada pelo Ministério da Fazenda, o comitê de assessoramento dos bancos credores emitiu comunicado, também na sexta-feira, em Nova Iorque, que dá toda a dimensão dos limites restritos do acordo provisório para o Brasil. O comunicado dos credores indica que só houve acordo para o Brasil levantar a moratória, ir ao FMI e colocar em dia os juros devidos a partir de 1º de outubro último.

Os credores conseguiram o comprometimento brasileiro de pagar pelo menos um terço dos juros deste ano e ficaram livres dos efeitos sobre seus balanços do rebaixamento dos créditos do Brasil, o que obrigaria os bancos norte-americanos a aumentar suas reservas e lançar mais prejuízos. O comunicado dos bancos credores nada menciona sobre refinanciamento e muito menos sobre a aceitação de um teto anual para o pagamento dos juros dos próximos dois anos.

Portanto, o Governo Sarney substituiu o acordo multianual de reescalamento da dívida por um acordo interino que não chega sequer a ser bimensal. Não foi o único recuo. Pelo contrário, o acordo fechado pelo assessor especial do Ministério da Fazenda para assuntos da dívida externa, Fernão Bracher, foi marcado pelo abandono de todas as pregações feitas até a véspera do fechamento do acordo interino.

O Brasil assumiu, conforme o comunicado dos bancos credores, o compromisso de buscar "um programa do FMI para dar apoio ao seu programa econômico", ao contrário do que disse, na sexta, em entrevista à imprensa, o próprio presidente Sarney. Segundo os credores, a ida ao FMI é algo já decidido e incondicional.

Também é incondicional o levantamento da moratória. Os bancos credores só

concordaram em conceder "empréstimo-ponte" de 1 bilhão de dólares para complementar a cobertura dos juros devidos pelo Brasil neste último trimestre do ano. O crédito de emergência vem com o disfarce de "dinheiro novo", mas o bilhão de dólares não sai dos cofres dos bancos e serve apenas para refinanciar dois terços dos juros deste trimestre.

Outro postulado da renegociação da dívida furou e o Brasil continua a pagar spread — taxa de risco — acima dos outros grandes devedores latino-americanos, como o México e a Argentina, e até acelerou o retorno dos fees — comissões — para a obtenção do refinanciamento dos juros. Com o spread de 0,875% ao ano e mais fees de até 0,25%, o encargo fi-

nal acima dos juros básicos do euromercado, a Libor, sobe para 1,125%; sem qualquer avanço em relação à taxa da renegociação de 1986.

A fixação do teto anual para o pagamento dos juros, vinculado ao comportamento das taxas internacionais e às eventuais dificuldades para a colocação dos produtos brasileiros no exterior, e ainda a securitização da dívida, com a troca de parcelas de débitos tradicionais por títulos de longo prazo, também só constaram da nota do Ministério da Fazenda.

O presidente Sarney sabe que o acordo provisório vai decidir o PMDB no apoio ao Governo e, em especial, ao ministro da Fazenda, Luiz Carlos Bresser Pereira. Mas Sarney procurou justamente deixar a renego-

ciação sob responsabilidade plena do PMDB, ao tratar da dívida apenas com Bresser Pereira e o presidente do Banco Central, Fernando Milliet de Oliveira. Em momento algum, Sarney partiu para a interferência direta e evitou contatos com o renegociador Fernão Bracher, justamente retirado da presidência do Banco Central, em fevereiro último, por pressões do PMDB, ao discordar da moratória.

Sarney pretende adotar a tática do silêncio, sob o argumento de que a renegociação efetiva ainda não começou. Assim, as críticas seriam prematuras, no entender do Presidente. Mas o segmento do PMDB mais independente em relação ao governo Sarney não pensa dessa forma e inicia a ofensiva contra.

A LONGA DISTÂNCIA ENTRE O DESEJO E A REALIDADE

ITENS	O BRASIL QUERIA...	E LEVOU...
1) Juros: - 4,5 bilhões de dólares deste ano - de 1988 e 1989	Refinanciamento total Refinanciamento de 50% (3 bilhões de dólares em cada ano)	paga 500 milhões de dólares até o final do ano e toma "empréstimo-ponte" de 1 bilhão de dólares. Os restantes 3 bilhões de dólares ficam em suspenso até junho de 1988. os bancos credores nem tocaram no assunto
2) FMI	não	buscará o apoio do FMI ao seu programa econômico
3) Securitização:	Conversão de parte da dívida em títulos de longo prazo e juros fixos	nada
4) "Spread" - taxa de risco:	taxa zero	0,875% ao ano
5) "Fees" - comissões:	nada	até 0,25% ao ano
6) Moratória:	Depósitos em caução no BIS para a suspensão condicionada	Suspensão incondicional